

Relatório de Gestão

Exercício 2006

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
NA 10ª REGIÃO FISCAL**

Item 1 do Anexo II, combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Dados gerais de identificação da unidade jurisdicionada, compreendendo nome, sigla, CNPJ, natureza jurídica, vinculação, endereço completo, gestões e unidades gestoras (UG's) utilizadas no SIAFI, norma de criação, finalidade, normas que estabeleceram a estrutura organizacional adotada no período, função de governo predominante, tipo de atividade e situação da unidade (se em funcionamento, em liquidação, em extinção, extinta no exercício etc.).

1.1 Nome Oficial do Órgão.

Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal – SRRF10.

1.2 Número do CNPJ.

00.394.460/0147-97.

1.3 Natureza Jurídica.

Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

1.4 Vinculação Ministerial.

Ministério da Fazenda.

1.5 Endereço Completo.

Avenida Loureiro da Silva, n.º 445 – 5º Andar – Sala 525

CEP 90010-420 – Porto Alegre/RS

Telefone: (51) 3455-25-55 Fax: (51) 3455-25-38

1.6 Endereço da Página Institucional na *Internet*.

www.receita.fazenda.gov.br.

1.7 Código e Nome do Órgão, das Unidades Gestoras (UG's) e Gestões utilizados no SIAFI.

Código do Órgão: 25801

Nome do Órgão: Receita Federal do Brasil

UG	Nome	Gestão
170177	Superintendência Regional da Receita Federal na 10 RF	00001
170178	Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul	00001
170179	Delegacia da Receita Federal em Passo Fundo	00001
170180	Delegacia da Receita Federal em Pelotas	00001
170181	Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre	00001
170182	Delegacia da Receita Federal em Rio Grande	00001
170183	Delegacia da Receita Federal em Santa Maria	00001
170184	Delegacia da Receita Federal em Novo Hamburgo	00001
170185	Delegacia da Receita Federal em Santo Ângelo	00001
170186	Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana	00001
170187	Delegacia da Receita Federal em Santana do Livramento	00001
170263	Delegacia da Receita Federal em Santa Cruz do Sul	00001
170269	Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre	00001
170270	Delegacia da Receita Federal em Chuí	00001

1.8 Norma de Criação e Finalidade das Unidades Jurisdicionada.

A Secretaria da Receita Federal, órgão central de direção superior da Administração Tributária, subordinado diretamente ao Ministro da Fazenda, foi criada pelo Decreto n.º 63.659/68, e sua estrutura atual está definida pelo Decreto n.º 5.949, de 31 de outubro de 2006. Seu Regimento Interno foi aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n.º 30/2005.

Finalidade das Unidades Gestoras, em conformidade com o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal:

“Art. 112. Às SRRF compete, em consonância com as diretrizes da SRF, nos limites de suas jurisdições, planejar, programar, supervisionar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de tributação, de arrecadação e cobrança, de atendimento ao contribuinte, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e de segurança de informação, e de programação e logística, bem assim as relacionadas com planejamento, organização, modernização e recursos humanos.

(...omissis...)

Art. 125. Às DRF compete, quanto aos tributos e contribuições administrados pela SRF, desenvolver as atividades de arrecadação e cobrança, de atendimento ao contribuinte, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e de segurança de informação, e de programação e logística, bem assim as relacionadas com planejamento, organização, modernização e recursos humanos, nos limites de suas jurisdições.

§ 1º Às DRF de Brasília, Belém, Manaus, Fortaleza, São Luís, Cabo de Santo Agostinho, Campina Grande, Caruaru, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Coronel Fabriciano, Sete Lagoas, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra, Campinas, Santos, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre são inerentes as atividades descritas no caput, excetuando-se as relativas ao comércio exterior e as atividades de administração de mercadorias estrangeiras apreendidas.

§ 2º Às DRF compete o controle e auditoria dos serviços prestados por agente arrecadador com matriz em sua jurisdição.

§ 3º Os serviços prestados pelas agências de agente arrecadador citado no parágrafo anterior, independentemente da região fiscal em que estejam localizadas, serão controlados e auditados pela DRF que jurisdiciona a matriz do agente arrecadador.

(...omissis...)

Art. 167. Às IRF de Classe Especial compete desenvolver as atividades de arrecadação e cobrança, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e de segurança de informação, de atendimento ao contribuinte e de programação e logística, relativas aos tributos sobre o comércio exterior, bem assim as relacionadas com planejamento, organização, modernização e recursos humanos, nos limites de suas jurisdições”.

1.9 Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame.

A estrutura orgânica atual da SRRF10 é definida pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 25 de fevereiro de 2005. Aplicava-se, então, no período de gestão sob exame.

1.10 Publicação, no Diário Oficial da União, do Regimento Interno da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas.

O Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, órgão do qual é integrante a UG SRRF10, foi publicado no Diário Oficial da União em 4 de março de 2005.

1.11 Função de Governo Predominante.

04 – Administração.

1.12 Tipo de Atividade.

Administração Tributária Federal.

1.13 Situação da Unidade.

Em funcionamento.

Item 2 do Anexo II combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Objetivos e metas (físicas e financeiras) pactuados nos programas sob sua gerência, previstos na Lei Orçamentária Anual, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação.

2.1 Identificação do programa governamental e/ou ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas.

Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF – 0770 - Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado à obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

2.2 Descrição do Programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos de objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários.

Programas de Trabalho e Ações - SRRF 10RF

Programa	0770 – Administração Tributária e Aduaneira
Objetivo do Programa	Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação aplicável de forma justa.

Ação 1	2272 – Gestão e Administração do Programa - RFB
Produto (unidade)	-----
Meta	-----

Ação 2	2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária
Produto (unidade)	Ação Fiscal Realizada (unidade)
Meta	23.300

Ação 3	2238 – Arrecadação Tributária e Aduaneira
Produto (unidade)	Tributo Arrecadado (R\$ bilhão)
Meta	335

Ação 4	3E63 – Modernização da Administração Fazendária
Produto (unidade)	Projeto Implantado (% de execução física)
Meta	56

Grupo de Despesa: 3 -OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
Programa: 0770 - Administração Tributária e Aduaneira				
Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006 - Excluídos os Programas Internos de responsabilidade do Órgão Central				
PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRIÇÃO	Meta Financeira Prevista	Crédito Empenhado Liquidado
3616	04122077022720001	Gestão e Administração do Programa - RFB		14.732.998,87
3621	04125077022370001	Auditoria e Fiscalização Tributária		1.178.344,62
3630	04129077022380001	Arrecadação Tributária e Aduaneira		6.578.292,04
TOTAL			22.795.962,18	22.489.635,53

Do quadro acima foram excluídos os Planos Internos de competência do Órgão Central e que estão sob análise centralizada na Tomada de Contas da Unidade Gestora 170010 - Secretaria da Receita Federal.

Planos Internos de responsabilidade do órgão Central que foram excluídos do quadro acima: ADIDORF, ACOSIGRF, ADIDOMATRF, COANASRF, COFISSRF, COGEPGRF, COGERSRF, COPATRF, COPATSRF, COPEISRF, COPOLSRF, CORATSRF, COSITSRF, COTECSRF, DRJRF, GABSRF, MATPERMARF, MODERADUARF, MODERTECRF, TREPAPUC

2.3 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa.

Indicador: Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

Fórmula de cálculo:

- 1) Valor total das despesas de custeio realizadas, exceto Procad, até o período, dividido pelo valor total das despesas de custeio programadas, exceto Procad, no exercício.
- 2) Valor total das despesas de investimento realizadas, até o período, dividido pelo valor total das despesas de investimento programadas no exercício.

Objetivo do indicador: Avaliar a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF.

Periodicidade: trimestral.

Responsável: Copol/Comat.

Fonte: SIAFI e limites fixados após aprovação da LOA.

Nível organizacional: Nacional, Unidades Centrais, Regional, SRRF, DRJ e Local.

Dimensão: eficácia.

2.4 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período de exames nas contas.

Apresentamos abaixo tabela contendo os valores programados e reprogramados para execução orçamentária, durante o exercício de 2006, para todas as Unidades Gestoras que compõem a Região Fiscal da SRRF10RF.

UNIDADES	PROGRAMADO 2006			REPROGRAMADO 2006		
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
SRRF / 10ª RF	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00	2.790.465,41	5.919.996,89	8.710.462,30
Caxias do Sul	1.630.000,00	0,00	1.630.000,00	1.910.997,33	0,00	1.910.997,33
Passo Fundo	920.000,00	0,00	920.000,00	1.174.163,26	19.819,94	1.193.983,20
Pelotas	1.530.000,00	0,00	1.530.000,00	1.564.410,83	0,00	1.564.410,83
Porto Alegre	1.030.000,00	10.589,02	1.040.589,02	1.030.000,00	10.589,02	1.040.589,02
Rio Grande	930.000,00	0,00	930.000,00	1.027.435,44	58.500,00	1.085.935,44
Santa Maria	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00	499.645,90	1.599.645,90
N. Hamburgo	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	1.855.601,37	0,00	1.855.601,37
Santo Ângelo	2.170.000,00	97.259,32	2.267.259,32	2.374.869,58	625.486,42	3.000.356,00
Uruguaiana	1.890.000,00	0,00	1.890.000,00	2.181.220,46	281.618,48	2.462.838,94
Livramento	1.580.000,00	0,00	1.580.000,00	3.375.620,03	78.748,12	3.454.368,15
Santa Cruz	620.000,00	0,00	620.000,00	620.000,00	0,00	620.000,00
Inspetoria POA	780.000,00	0,00	780.000,00	1.041.734,23	0,00	1.041.734,23
Chuí	680.000,00	0,00	680.000,00	749.444,24	155.626,05	905.070,29
10ª REG. FISCAL	19.000.000,00	107.848,34	19.107.848,34	22.795.962,18	7.650.030,82	30.445.993,00

Item 3 do Anexo II combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Descrição dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas governamentais e/ou das ações administrativas;

3.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas.

3.2 Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade).

3.3 Fórmula de cálculo e método de medição.

3.4 Responsável pelo cálculo/medição.

Indicador 1 - Tempo médio de espera nos CAC.

Fórmula de cálculo: Somatório do tempo total de espera nos CAC no período, dividido pela quantidade de atendimentos nos CAC no período.

Objetivo do indicador: Medir a agilidade na prestação de serviços nos CAC.

Periodicidade: trimestral.

Responsável: Corat/Cofic.

Fonte: Saga.

Nível organizacional: Nacional, Regional, Local.

Dimensão: eficiência.

Indicador 2 - Realização da Meta Global de Arrecadação.

Fórmula de cálculo: Arrecadação realizada no período dividida pela Meta de arrecadação para o período (receitas internas e receitas sobre o comércio exterior).

Objetivo do indicador: Mensurar o grau de consecução da meta global de arrecadação como resultado do controle e recuperação do crédito tributário.

Periodicidade: trimestral.

Responsável: Copat.

Fonte: SIADI/ Ângela / DW Arrecadação (previsão estabelecida na lei orçamentária).

Nível organizacional: Nacional, Regional.

Dimensão: eficácia.

Indicador 3 - Tempo médio do despacho aduaneiro de importação, bruto e líquido (descontado o tempo de interrupção).

Fórmula de cálculo: Tempo médio do registro da DI até o seu desembaraço, no período.

Objetivo do indicador: Medir a agilidade dos procedimentos aduaneiros na importação.

Periodicidade: trimestral.

Responsável: Coana.

Fonte: Siscomex Gerencial.

Nível organizacional: Nacional, Regional, Local.

Dimensão: eficiência.

Indicador 4 - Tempo médio do despacho aduaneiro de exportação, bruto e líquido (descontado o tempo de interrupção).

Fórmula de cálculo: Tempo médio da recepção da documentação (DDE) até o seu desembaraço, no período.

Objetivo do indicador: Medir a agilidade dos procedimentos aduaneiros na exportação.

Periodicidade: trimestral.

Responsável: Coana.

Fonte: Siscomex Gerencial.

Nível organizacional: Nacional, Regional, Local.

Dimensão: eficiência.

Item 4 do Anexo II combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Avaliação dos resultados da execução dos programas governamentais e/ou das ações administrativas, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados e a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, com esclarecimentos, se for o caso, sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento.

4.1 Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa.

Programa de maior materialidade e relevância: 0770 - Administração Tributária e Aduaneira.

4.1.a) Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF - Administração Tributária e Aduaneira (0770) representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

4.1.b) Incluir relação dos 10 (dez) maiores contratos administrados pelas unidades da 10RF no exercício de 2006. Encontra-se anexo ao Relatório (Anexo I).

4.2 Indicadores ou parâmetros utilizados na análise.

Indicador: Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

Fórmula de cálculo:

1) Valor total das despesas de custeio realizadas, exceto Procad, até o período, dividido pelo valor total das despesas de custeio programadas, exceto Procad, no exercício.

2) Valor total das despesas de investimento realizadas, até o período, dividido pelo valor total das despesas de investimento programadas no exercício.

Objetivo do indicador: Avaliar a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF.

Periodicidade: trimestral.

Responsável: Copol/Comat.

Fonte: SIAFI e limites fixados após aprovação da LOA.

Nível organizacional: Nacional, Unidades Centrais, Regional, SRRF, DRJ, Local.

Dimensão: eficácia.

4.3 Metas físicas e financeiras realizadas (valor alcançado).

Grupo de Despesa: 3 -OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
Programa: 0770 - Administração Tributária e Aduaneira				
Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006 - Excluídos os Programas Internos de responsabilidade do Órgão Central				
PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRIÇÃO	Meta Financeira Prevista	Crédito Empenhado Liquidado
3616	04122077022720001	Gestão e Administração do Programa - RFB		14.732.998,87
3621	04125077022370001	Auditoria e Fiscalização Tributária		1.178.344,62
3630	04129077022380001	Arrecadação Tributária e Aduaneira		6.578.292,04
TOTAL			22.795.962,18	22.489.635,53

4.4 Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso.

Realização da Meta de Arrecadação

Em 2006, a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF na 10ª RF totalizou, em valores correntes, R\$ 17.570 milhões, um aumento nominal de 2,8% sobre o correspondente de 2005. A preços de dezembro/2006 (IGP-DI), houve um crescimento real de 1,0 % na 10RF; utilizando o IPCA, o índice real foi de - 1,4%. Importante assinalar que 2006 foi um ano excepcional no que se refere à análise do atingimento da meta de arrecadação, vez que o Decreto Orçamentário foi aprovado apenas no mês de maio daquele exercício. A previsão, portanto, só foi fixada daquele mês em diante, tendo sido considerada igual à arrecadação efetiva de janeiro a abril. Após a edição do Decreto nº 5.780, de 2006, a previsão regional foi estabelecida em R\$ 17,4 bilhões para o ano, representando uma participação de 4,7% no total Brasil. O ano encerrou com este número sendo superado em 0,6 %. A participação regional no total da receita tributária nacional foi de 4,7 % em 2006.

Indicador “Realização da Meta Global de Arrecadação”

10ª Região Fiscal – 2006

Meta de Arrecadação	Arrecadação Realizada	Indicador
17.468.079,06	17.569.583,54	100,6%

Valores em R\$ 1.000,00

Os quadros a seguir apresentam a arrecadação das receitas administradas pela SRF na 10ª RF em 2006.

Receitas Administradas pela SRF - Âmbito da 10ª RF – Jan a Dez de 2006

A preços correntes													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN a DEZ
2006	1.617	1.283	1.318	1.602	1.391	1.380	1.518	1.434	1.421	1.532	1.441	1.632	17.570
2005	1.596	1.260	1.323	1.654	1.277	1.308	1.448	1.356	1.320	1.393	1.431	1.728	17.096
Var %	1,3	1,8	- 0,4	- 3,2	8,9	5,5	4,9	5,7	7,6	10,0	0,7	- 5,6	2,8
A preços de DEZEMBRO/2006 (IGP-DI)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN a DEZ
2006	1.667	1.323	1.366	1.660	1.435	1.414	1.553	1.461	1.444	1.544	1.445	1.632	17.944
2005	1.672	1.315	1.367	1.701	1.316	1.354	1.504	1.420	1.385	1.451	1.486	1.794	17.764
Var %	-0,3	0,6	-0,1	-2,4	9,1	4,5	3,3	2,9	4,3	6,4	-2,8	-9,0	1,0
A preços de DEZEMBRO/2006 (IPCA)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN a DEZ
2006	1.658	1.310	1.341	1.626	1.410	1.402	1.539	1.453	1.437	1.544	1.448	1.632	17.800
2005	1.730	1.358	1.417	1.757	1.349	1.382	1.526	1.427	1.385	1.450	1.481	1.782	18.045
Var %	-4,2	-3,5	-5,4	-7,4	4,5	1,4	0,9	1,8	3,8	6,5	-2,2	-8,5	-1,4

Obs: Valores em milhões de REAIS

	Rec. Adm. SRF 2006 (R\$ milhões)	Variação Nominal %	Rec. Adm. SRF 2006 a Preços de Dez/2006 (R\$ milhões)		Variação Real %	
	A preços Correntes		IGP-DI	IPCA	IGP-DI	IPCA
10ªR						
2006	17.570	2,8	17.944	17.800	1,0	-1,4
2005	17.096		17.764	18.044		
BR						
2006	373.880	8,7	381.688	378.683	6,8	4,4
2005	343.892		357.340	362.799		

Fonte: SIADI – Conceito Arrecadação bruta não retificada + REFIS + CIDE + COMP posit. + Retenções PJ a PJ

Da arrecadação regional, 44,9% corresponderam a impostos, cujos recolhimentos aumentaram 3,5% sobre 2005. Os demais 55,1% corresponderam a contribuições, com crescimento de 2,2 %. Do total de pagamentos em valor, 96,1% corresponderam a Pessoas Jurídicas, e 3,9% a Pessoas Físicas. Em se tratando de quantidade de DARF, 82,3% corresponderam a PJ, e os restantes 17,7% a PF (dados DW arrecadação).

A composição da arrecadação pode ser visualizada no quadro a seguir:

10RF – Composição da Arrecadação – 2006

Arrecadação Total	Arrecadação Bruta Classificada	Compensações Positivas SIAFI	Demais
17.570	17.373	190	7
100,0%	98,9	1,1	---

Valores em R\$ milhões – Fonte: DW Arrecadação

Dando seqüência à queda no desempenho industrial, delineada a partir de 2005 no estado do Rio Grande do Sul, tivemos no ano de 2006, até o mês de outubro, queda de 5,0% no IDI - Índice de Desempenho Industrial - ante 2005, que já havia sido um ano fraco (apenas o estado do Amazonas apresentou índice pior). Entre os fatores que levaram a este quadro, a FEE- Fundação de Economia e Estatística - enumera a queda nos preços internacionais das *commodities* agrícolas, especialmente grãos, somadas aos juros elevados, à taxa de câmbio valorizada e à crise decorrente de dois anos de estiagem no campo. Entre os setores mais afetados, tivemos máquinas e equipamentos, em especial colheitadeiras e tratores agrícolas (-10,6%), calçados e artigos de couro (-8,2%), alimentos e bebidas (-6,4%) e fumo (-7,7%) .

Os setores que registraram os melhores desempenhos têm vínculo com o mercado interno. São eles: têxtil (10,7%), material eletrônico (13,1%), borracha (5,1%) e química (0,9%) - dados da FIERGS.

Receitas Administradas pela SRF - Participação 10ª RF na Arrecadação do País

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN a DEZ
2005	5,5	5,2	4,9	5,6	4,9	4,3	5,0	4,8	4,9	4,7	5,0	4,8	5,0
2006	5,2	4,8	4,6	5,0	5,0	4,2	4,9	4,8	4,4	4,6	4,7	4,3	4,7

Agilização do Comércio Exterior

Em 2006, foram desembaraçadas pelas Unidades da 10ª Região Fiscal 138.010 Declarações de Importação – DI, no valor de US\$ 10.599.618.965, perfazendo 8,74% do total de DI desembaraçadas no Brasil, ocorrendo, em relação a 2005, acréscimo de cerca de 9,01% na quantidade e de 18,84% no valor de DI desembaraçadas.

Em relação ao tempo médio do despacho aduaneiro de importação, o Indicador “Tempo Médio do Despacho Aduaneiro de Importação, bruto e líquido” (descontado o tempo de interrupção) apresentou, no quarto trimestre, um tempo bruto de 2dias4h33min (inferior à média nacional, de 2dias18h, havendo um decréscimo de 14,52% em relação ao mesmo trimestre em 2005 – 2dias13h29min) e líquido de 13h12min (inferior à média nacional, de 14h24min, havendo um decréscimo de 21,42% em relação ao mesmo trimestre em 2005 - 16h48min).

Indicador "Tempo Médio do Despacho Aduaneiro de Importação, Bruto e Líquido"

(descontado o tempo de interrupção)

10ª Região Fiscal

Tempo médio decorrido desde o registro da DI até o seu desembaraço (engloba todos os canais) - (dd:hh:mm)							
1º TRIM / 2006		2º TRIM / 2006		3º TRIM / 2006		4º TRIM / 2006	
BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
02:08:52	00:12:57	02:11:16	00:13:40	02:16:04	00:11:45	02:04:33	00:13:12

O tempo médio bruto anual de 2006 (2dias10h11min) decresceu 4,59% em relação a 2005 (2dias12h59min), pouco inferior à meta prevista de 6%. O tempo médio líquido anual de 2006 (12h53min) decresceu 22,46% em relação a 2005 (16h37min), superando-se em muito a meta prevista de 5%.

O importante no despacho de importação é a aferição do tempo líquido, em que

se considera o tempo entre a distribuição do despacho e o desembaraço das mercadorias, descontando-se interrupções devidas a exigências efetuadas até o seu atendimento, instauração de procedimento especial até sua conclusão, etc. Neste aspecto, verificou-se um aumento significativo da agilização da fiscalização aduaneira na 10ª Região Fiscal.

10ª Região Fiscal 2006		1º	2º	3º	4º	ANUAL
		Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre	
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
Redução do tempo médio do despacho aduaneiro de importação	bruto	13%	-4%	-7%	15%	5%
	líquido	41%	1%	15%	21%	22%

Quanto à exportação, houve em 2006 o desembaraço de 322.596 Declarações de Exportação – DE, no valor de US\$ 15.600.065.061,00 perfazendo 23,06% do total de DE desembaraçadas no país. Em relação a 2005, representou acréscimo de cerca de 1,05% na quantidade e de 10,31% no valor de DE desembaraçadas.

Já quanto ao tempo médio do despacho de exportação, o Indicador “Tempo Médio do Despacho Aduaneiro de Exportação, bruto e líquido” (descontado o tempo de interrupção) apresentou, no quarto trimestre, um tempo bruto de 10h48min (havendo um decréscimo de 24,38% em relação ao mesmo trimestre em 2005 – 14h17min) líquido de 10h19min (havendo um decréscimo de 27,6% em relação ao mesmo trimestre em 2005 - 14h16min).

Indicador "Tempo Médio do Despacho Aduaneiro de Exportação, Bruto e Líquido

(descontado o tempo de interrupção)

10ª Região Fiscal

Tempo médio decorrido desde o registro da DE até o seu desembaraço (engloba todos os canais) - (dd:hh:mm)							
1º TRIM / 2006		2º TRIM / 2006		3º TRIM / 2006		4º TRIM / 2006	
BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO	BRUTO	LÍQUIDO
00:12:28	00:12:28	00:12:43	00:12:28	01:02:38	01:02:38	00:10:48	00:10:19

Os tempos médios anuais bruto e líquido de 2006 (15h39min e 15h28min) decresceram 2,08% e 2,82% em relação a 2005 (15h59min e 15h55min). Verifica-se, a partir do terceiro trimestre, uma melhoria no tempo médio do despacho. No quarto trimestre, a agilização da atuação da fiscalização aduaneira foi significativa, com redução de quase 30% no tempo médio do despacho de exportação. Além da ocorrência de movimentos reivindicatórios por parte das

categorias da carreira Auditoria da Receita Federal em 2006, considera-se que o fato de a 10ª RF ter grande número de despachos fracionados de exportação provoca, no indicador, um aumento artificial incompatível com a realidade.

10ª Região Fiscal 2006		1º	2º	3º	4º	ANUAL
		Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre	
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
Redução do tempo médio do despacho aduaneiro de exportação	bruto	-10%	-10%	0%	24%	2%
	líquido	-10%	-10%	0%	28%	3%

No tocante às atividades de revisão e auditoria de importação de 2006, o Gerencial do Radar apresenta um registro de 2.130 “Fichas Despacho Importação”, 13,82% do total nacional de FDI e 580 “Fichas de Auditoria de Importação”, 9,11% do total nacional de FAPI.

Em relação às atividades de auditoria de exportação, o Gerencial do Radar apresenta um registro de 38 “Fichas Despacho de Exportação”, 14,61% do total nacional de FDE e 15 “Fichas de Auditoria de Exportação”, 8,42% do total nacional de FAPE.

Quanto a habilitações de importadores e exportadores no Radar, esta RF registrou 1.455 “Fichas de Habilitação”, 10,78% do total nacional de FHAB.

Foram objeto de procedimentos fiscais fora do despacho aduaneiro, em 2006, 1.184 empresas, 24% do total de empresas atuando na 10ª RF. Em números absolutos de procedimentos realizados em todo o Brasil, a 10ª RF ficou em 3º lugar.

Excelência no Atendimento ao Contribuinte

Para alcançar a excelência no atendimento ao contribuinte, a 10ª Região Fiscal tem a redução do tempo médio de espera para atendimento como objetivo prioritário. Perseguindo este objetivo, obtivemos ao longo de 2006 resultados muito significativos: tempo médio anual de 19min54seg. Com efeito, o tempo médio de espera no 4º trimestre foi reduzido pela metade em relação ao mesmo trimestre de 2005, caindo de 37min53seg para 17min23seg.

Contribuíram para o excelente desempenho a maior produtividade dos atendentes e, ainda, a alocação, na tarefa de atendimento ao contribuinte, de um número adicional de servidores. Estes foram oriundos de aprovação em concurso público realizado pela SRF. Outro fator que influenciou tal resultado foi a redução de 3,5% no número de atendimentos realizados no decorrer de 2006 (janeiro a dezembro) em relação a 2005.

**Indicador "Tempo Médio de Espera nos CAC"
10ª Região Fiscal - Janeiro a Dezembro/2006**

Unidades	Tempo Médio de Espera por Atendimento
10ª REGIÃO FISCAL	0:19:54
Porto Alegre	0:33:45
Bento Gonçalves	0:05:00
Cachoeira do Sul	0:10:45
Canoas	0:17:15
Carazinho	0:08:20
Caxias do Sul	0:07:30
Erechim	0:04:40
Frederico Westphalen	0:10:20
Gravataí	0:15:40
Guaíba	0:05:29
Lagoa Vermelha	0:06:00
Lajeado	0:08:15
Novo Hamburgo	0:14:15
Palmeira das Missões	0:09:00
Passo Fundo	0:16:00
Pelotas	0:08:15
Rio Grande	0:08:00
Santa Cruz do Sul	0:08:30
Santa Maria	0:19:15
Santana do Livramento	0:04:00
Santiago	0:03:21
Santo Angelo	0:03:45
São Leopoldo	0:27:30
Taquara	0:10:40
Tramandaí	0:18:40
Uruguaiana	0:10:45

Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

No ano de 2006, a Divisão de Programação e Logística - Dipol/SRRF10RF promoveu uma série de alterações em sua forma de atuação, procurando racionalizar procedimentos no intuito de melhorar a qualidade do atendimento às unidades da Região Fiscal e aumentar o grau de satisfação de seus próprios servidores. A busca desses objetivos, aliada à eficiência, eficácia e efetividade nas licitações, contratações e fiscalização da execução de contratos, tinha por objetivo principal buscar cumprir o indicativo de execução orçamentária.

No que se refere à distribuição das tarefas, procurou-se identificar aquelas que mais condiziam com o perfil de cada servidor, promovendo a partir disso a sua especialização na

área.

No que concerne a mudanças operacionais que buscaram agilizar procedimentos, apresentamos os seguintes fatos:

Implementação de Sistema Automatizados

Através de um banco de dados desenvolvido no aplicativo “Acess” foi automatizado o cálculo de necessidades orçamentárias para pagamento de diárias e passagens. O resultado individualizado é utilizado para fundamentar a solicitação de crédito para a respectiva Coordenação e o devido repasse deste, caso necessário, para a unidade de origem do servidor convocado.

Também foi desenvolvido um aplicativo semelhante para o controle dos ressarcimentos de passagens terrestres previamente pagas por servidores em deslocamentos oficiais.

A Dipol/SRRF10 carecia da disponibilidade de servidores especializadas na área de pagamentos de diárias e passagens. Ao longo do ano, com a ingresso de servidores oriundos de remoção, foi possível atribuir a tarefa, de forma exclusiva, a duas servidoras. Também SE realizou a separação física na sala que agrupava, no mesmo ambiente, todas as atividades de orçamento e finanças. O serviço de atendimento aos deslocamentos ficou em sala separada da execução orçamentária e financeira, promovendo uma maior comodidade e atendendo às necessidades da Divisão.

Atividades Orçamentárias e Financeiras

Ao longo do ano foram feitas diversas modificações no sistema de controle de gastos e provisionamento de recursos. Instalaram-se planilhas para preenchimento remoto pelas Unidades. Iniciou-se a preparação de planilhas que proporcionarão facilidade no planejamento inerente ao PROGORCAM 2008, e um sistema mais simples e rápido de reservas de crédito para 2007 (que ainda está sendo aprimorado).

A planilha de programação mensal de necessidades orçamentárias é preenchida, atualmente, pelas próprias Unidades jurisdicionadas. A programação para o custeio dos deslocamentos originados na SRRF10, incluindo diárias e passagens, é preenchida pelos respectivos chefes de Divisão. Assim, proporcionou-se que a Dipol/10RF pudesse despende mais tempo na análise crítica de dados da execução orçamentária da Região Fiscal.

Em um ano de grandes restrições orçamentárias, particularmente no tocante a

investimentos, a simplificação da programação mensal permitiu que houvesse maior tempo destinado à solução de problemas decorrentes da demora da aprovação e sanção do orçamento federal.

O teto de custeio inicialmente alocado para a programação orçamentária destinada a SRRF10, para o exercício em exame, foi na ordem de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) para despesas de custeio. Entretanto, durante o exercício, este valor foi reprogramado, perfazendo um total de R\$ 22.795.962,18 (vinte e dois milhões setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e dois reais, dezoito centavos) conforme planilha abaixo.

Um dos motivos que tornou necessária a reprogramação foi a necessidade de pagamento de indenização a contribuinte, por reconhecimento de dívida passiva da União, oriunda da destinação de mercadorias apreendidas, declaradas perdidas administrativamente, mas não reconhecido o perdimento pela Justiça Federal. O fato ocorreu na Delegacia da Receita Federal de Santana do Livramento e o valor da indenização montou em R\$ 1.646.466,91 (um milhão seiscentos e quarenta e seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais, noventa e um centavos).

O esforço de todos os segmentos da Superintendência para o cumprimento das metas do Órgão foi determinante para que fosse totalizada a execução orçamentária no valor de R\$ 22.454.425,99 (vinte e dois milhões quatrocentos e cinqüenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais, noventa e nove centavos) em despesas de custeio.

UNIDADES	PROGRAMADO 2006			REPROGRAMADO 2006		
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
SRRF / 10ª RF	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00	2.790.465,41	5.919.996,89	8.710.462,30
Caxias do Sul	1.630.000,00	0,00	1.630.000,00	1.910.997,33	0,00	1.910.997,33
Passo Fundo	920.000,00	0,00	920.000,00	1.174.163,26	19.819,94	1.193.983,20
Pelotas	1.530.000,00	0,00	1.530.000,00	1.564.410,83	0,00	1.564.410,83
Porto Alegre	1.030.000,00	10.589,02	1.040.589,02	1.030.000,00	10.589,02	1.040.589,02
Rio Grande	930.000,00	0,00	930.000,00	1.027.435,44	58.500,00	1.085.935,44
Santa Maria	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00	499.645,90	1.599.645,90
N. Hamburgo	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	1.855.601,37	0,00	1.855.601,37
Santo Ângelo	2.170.000,00	97.259,32	2.267.259,32	2.374.869,58	625.486,42	3.000.356,00
Uruguaiana	1.890.000,00	0,00	1.890.000,00	2.181.220,46	281.618,48	2.462.838,94
Livramento	1.580.000,00	0,00	1.580.000,00	3.375.620,03	78.748,12	3.454.368,15
Santa Cruz	620.000,00	0,00	620.000,00	620.000,00	0,00	620.000,00
Inspetoria POA	780.000,00	0,00	780.000,00	1.041.734,23	0,00	1.041.734,23
Chuí	680.000,00	0,00	680.000,00	749.444,24	155.626,05	905.070,29
10ª REG. FISCAL	19.000.000,00	107.848,34	19.107.848,34	22.795.962,18	7.650.030,82	30.445.993,00

GRUPO DE DESPESA: 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO 2006 - CUSTEIO					
Nº de ordem	UNIDADES		EXECUTADO (R\$)	Teto de Custeio (R\$)	%
01	170177	SRRF / 10a RF ¹	2.790.465,70	2.790.465,41	100,00%
02	170178	DRF Caxias do Sul	1.910.997,33	1.910.997,30	100,00%
03	170179	DRF Passo Fundo	1.174.163,26	1.174.163,26	100,00%
04	170180	DRF Pelotas	1.564.410,83	1.564.410,83	100,00%
05	170181	DRF Porto Alegre	797.988,69	1.030.000,00	77,47%
06	170182	DRF Rio Grande	1.027.435,44	1.027.435,44	100,00%
07	170183	DRF Sta. Maria	1.060.802,20	1.100.000,00	96,44%
08	170184	DRF Novo Hamburgo	1.855.601,37	1.855.601,37	100,00%
09	170185	DRF Santo Ângelo	2.374.869,58	2.374.869,58	100,00%
10	170186	DRF Uruguaiana	2.181.220,46	2.181.220,46	100,00%
11	170187	DRF Stna. do Livram²	3.375.620,03	3.375.620,03	100,00%
12	170263	DRF Sta. Cruz do Sul	549.672,63	620.000,00	88,66%
13	170269	IRF Porto Alegre	1.041.734,23	1.041.734,23	100,00%
14	170270	DRF Chuí	749.444,24	749.444,24	100,00%
10ª Região Fiscal			22.454.425,99	22.795.962,15	98,50%

Obs. 1 - Nos valores da SRRF/10ª RF está incluída a parcela relativa à execução orçamentária da Alfândega do Aeroporto,

Obs 2 - Nos valores da DRF/Santana do Livramento está incluída a indenização por destinação de mercadorias declaradas perdidas administrativamente, cuja pena de perdimento não foi reconhecida pela Justiça Federal.

Verifica-se que as despesas de custeio foram executadas de acordo com o teto orçamentário previsto para a 10ª Região Fiscal.

Além destas despesas, foi relevante a execução de despesas com investimentos.

Embora a princípio não houvesse sido liberados recursos para despesas com material permanente, surgiu a necessidade premente de aquisição de estações de trabalho para recepcionar os novos servidores nomeados, assim como aqueles emergentes do concurso de remoção. Com a reprogramação do orçamento, foi disponibilizado crédito para investimentos que proporcionou a aquisição de mobiliário e a realização de adaptações físicas necessárias no ambiente. Nosso orçamento foi incrementado com recursos oriundos do Programa de Modernização da Administração Fazendária - PMATA, possibilitando então a execução de despesas com investimentos. Foram feitas obras e serviços de engenharia nas Delegacias da Receita Federal em Chuí, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo e Uruguaiana.

O valor executado ou a liquidar em investimentos, com recurso do PMATA, totalizou R\$ 7.721.863,90 (sete milhões setecentos e vinte e um mil oitocentos e sessenta e três reais, noventa centavos), conforme planilha abaixo:

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO E A LIQUIDAR 2006 – PMATA
CUSTEIO E INVESTIMENTO**

UNIDADES		EXECUTADO (R\$)	TETO (R\$)	%
170177	SRRF / 10a RF	6.151.153,46	6.151.153,46	100,00
170178	DRF Caxias do Sul			
170179	DRF Passo Fundo			
170180	DRF Pelotas			
170181	DRF Porto Alegre			
170182	DRF Rio Grande	117.197,00	117.197,00	100,00
170183	DRF Sta. Maria	440.108,90	440.108,90	100,00
170184	DRF Novo Hamburgo			
170185	DRF Santo Ângelo	353.171,89	353.171,89	100,00
170186	DRF Uruguaiana	426.518,48	426.518,48	100,00
170187	DRF Stna. do Livram.	78.748,12	78.748,12	100,00
170263	DRF Sta. Cruz do Sul			
170269	IRF Porto Alegre			
170270	DRF Chuí	154.966,05	154.966,05	100,00
10ª Região Fiscal		7.721.863,90	7.721.863,90	100,00

O valor executado e em situação a liquidar, utilizado em investimentos, na aquisição de material permanente, execução de obras e ainda, os investimentos com recursos oriundos do PMATA, totalizou em R\$ 7.650.030,82 (sete milhões, seiscentos e cinquenta mil, trinta reais e oitenta e dois centavos).

Licitações e Contratos Administrativos

No exercício de 2006, a Seção de Licitações e Setor de Engenharia deram andamento à execução dos procedimentos relativos a licitações e contratações de interesse exclusivo da Secretaria da Receita Federal, cujas despesas foram custeadas pelo Tesouro.

Foram despendidos, no exercício de 2006, recursos em valores bem inferiores quando comparados com o montante das despesas em 2005. Naquele exercício (2005) foram realizados dois pregões específicos que ocasionaram pagamentos elevados: aquisição de veículos e aquisição de microcomputadores.

Cabe registrar o fiel cumprimento do mandamento constitucional esculpido no inciso XXI, art. 37, de que a regra é a licitação e a exceção é a contratação direta.

Despendeu-se R\$ 367.578,93 com contratações diretas (dispensas e inexigibilidades) e R\$ 8.409.948,73 nas diversas modalidades de licitação (tomada de preços, concorrência e pregão). Portanto, o valor total despendido em contratações foi de R\$ 8.777.527,66. Deste valor, 4,19% foram para contratações diretas e 95,81% para as diversas modalidades de licitação. Não foi computado no cálculo o valor correspondente ao gasto com convênio.

Registre-se também que a modalidade de licitação que teve o maior desembolso foi a de concorrência (R\$ 5.276.242,97), que representou 60,11% de todas as contratações. As obras constam em relatório específico (PMATA).

Para aquisição de bens e serviços comuns em 2006, foram realizados os seguintes procedimentos de contratação:

- 61 dispensas de licitação;
- 3 inexigibilidades de licitação;
- 1 concorrência;
- 17 pregões;
- 1 convênio para bolsas de estágio.

Por relevante, cabe registrar as seguintes contratações de bens e serviços comuns:

- Inexigibilidade nº 2/2006 - contratação do Centro de Análise de Sistemas Navais – CASNAV, da Marinha do Brasil, para ministrar curso de fundamentos e técnicas de segurança da informação – 23 alunos da 10ª RF – 2 semanas de curso;
- Pregão nº 1/2006 - Primeiro registro de preços da 10ª RF – Aquisição de Papel A4;
- Pregão nº 4/2006 – Aquisição de 04 balanças rodoviárias, a serem instaladas nas unidades da Receita Federal em Chuí, Itaqui, Quaraí e Uruguaiana;
- Pregão nº 5/2006 – Manutenção de veículos para todas as unidades de POA e veículos da SRF em trânsito por POA que avariarem;
- Pregão 6/2006 – Aquisição de dispositivos de segurança aduaneiros para toda a 10ª Região Fiscal;
- Vários pregões - Infra-estrutura para o depósito de mercadorias apreendidas em São Leopoldo– paletes, porta-paletes, contentores, fragmentadora industrial, empilhadeira, paleteiras, elevador de carga, etc;
- Pregão nº 13/2006 – Fornecimento de passagens aéreas, durante o exercício de 2007, para toda a 10 RF;
- Pregão 17/2006 – Aquisição de 94 coletes de proteção balística para utilização pelos servidores da SRF, quando em operações aduaneiras na região fiscal;
- Concorrência nº 1/2006 - Contratação de serviços de administração, guarda e armazenagem de mercadorias apreendidas pelas unidades da 10ª Região Fiscal.

Também foi dado andamento aos contratos de serviços continuados contratados originalmente em exercícios anteriores, porém prorrogados para o exercício de 2006.

Item 5 do Anexo II combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006 e combinado com o Anexo IX da Portaria CGU 55/06.

Descrição do Item: Medidas implementadas e a implementar com vistas ao saneamento de eventuais disfunções estruturais ou situacionais que prejudicaram ou inviabilizaram o alcance dos objetivos e metas colimados, inclusive aquelas de competência de outras unidades da administração pública.

Sem informação a Relatar. Informação Constante da Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada (UJ) Consolidadora n.º 170010 - Secretaria da Receita Federal (Processo n.º 10168.000613/2007-72).

Item 06 do Anexo II combinado com Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006.

Descrição do Item: Discriminação das transferências e recebimentos de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição, destacando, dentre outros aspectos, a correta aplicação dos recursos repassados ou recebidos e o atingimento dos objetivos e metas colimados, parciais e/ou totais, sendo que, nas hipóteses do art. 8º da Lei nº 8.443/92, deverão constar, ainda, informações sobre as providências adotadas para a devida regularização de cada caso, inclusive sobre a instauração da correspondente Tomada de Contas Especial;

Segue abaixo tabela detalhado o único convênio em vigor na 10RF.

Tipo	Código SIAFI	Identificação do Termo	Objeto do Convênio	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado (R\$)	Valor Total Transferido no Exercício (R\$)	Contra-partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença
Convênio	524325	N.º do processo: 11080.002308/2005-86 Data da Assinatura: 01\07\2005 Data de Vigência: 18\09\2010 N.º Convênio: 1\2005	Realização de estágios e concessão de bolsas de estágio a estudantes de nível universitário	20/07/2005	7.133.452,30	840.882,76	Não	ABRH-RS Associação Brasileira de Recursos Humanos - RS C.N.P.J. 87135919000170	O objetivo tem sido alcançado, nas condições previstas por ocasião da firmação do convênio.

Também com relação a convênios, anexamos (Anexo II) ao relatório demonstrativo CONRAZAO de Contas Convênio, relativos ao encerramento do exercício de 2006 e ao mês de março de 2007. Há saldo na conta 1996230300 – Convênios a Liberar, para o convênio n.º 394752 (expirado em 16/09/2005). Haviam ficado pendentes de reprogramação, pelo valor efetivamente pago, as parcelas 39 a 48 e 51 a 56, do convênio com a ABRH (estágios de nível superior), sob n.º 394752, expirado em 18.07.05, no valor de R\$ 173.145,25. A situação já foi regularizada no exercício corrente, conforme comprovação inserida no processo.

A diferença de saldo, no valor de R\$ 5.818.135,86, refere-se a parcelas vincendas do convênio de estagiários com a ABRH, sob n.º 524325, que entrou em vigor em 19/07/05, substituindo o convênio anteriormente vigente, com o mesmo objeto.

Item 8 do Anexo II combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, constando, individualmente, a indicação do custo total, o valor do empréstimo contratado e da contrapartida ajustada, os ingressos externos, a contrapartida nacional e as transferências de recursos (amortização, juros, comissão de compromisso e outros, individualmente) ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, com esclarecimentos, se for o caso, sobre os motivos que impediram ou inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade de cada projeto ou programa, indicando as providências adotadas em cada caso;

Item sem informação a relatar. Constará efetivamente da Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada (UJ) Consolidadora n.º 170010 - Secretaria da Receita Federal (Processo n.º 10168.000613/2007-72).

Item 9 do Anexo II combinado com o Anexo 10 da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006

Descrição do Item: Resultados do acompanhamento, fiscalização e avaliação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal, bem como o impacto sócio-econômico gerado por essas atividades, apresentando, ainda, demonstrativos que expressem a situação atual destes projetos e instituições;

Item sem informação a relatar. Constará efetivamente da Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada (UJ) Consolidadora n.º 170010 - Secretaria da Receita Federal (Processo n.º 10168.000613/2007-72).

Item 11 do Anexo II combinado com o Anexo X da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006

Descrição do Item: Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total de despesas pagas mediante fatura e saques no período a que se referem as contas, apresentando, sempre que possível, uma série histórica desses valores considerando o exercício a que se referem as contas e os dois exercícios anteriores.

A Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, Alfândega

do Aeroporto Salgado Filho (cuja execução orçamentária e financeira é realizada pela Superintendência) e a Delegacia da Receita Federal em Chuí ainda não implementaram o cartão de pagamento do governo federal.

A modalidade de saque ainda é a mais utilizada, sob alegação, de um modo geral, que as despesas são de pronto pagamento e de pequeno vulto, e pela dificuldade de se encontrar estabelecimentos credenciados, visto que muitos deles são empresas de pequeno porte ou microempresas, as quais não possuem convênio com operadoras de cartão de crédito.

11.1 Total de despesas realizadas mediante o uso do cartão de crédito:

R\$ 13.954,71 (treze mil novecentos e cinquenta e quatro reais setenta e um centavos).

11.2 Total de saques realizados mediante o uso do cartão de crédito.

R\$ 72.708,00 (setenta e dois mil setecentos e oito reais);

11.3 Série histórica de gastos com cartão de crédito, considerados o exercício a que se referem às contas e os dois exercícios anteriores:

Ver Anexo III, do qual constam os saldos acumulados nas contas 199962401 (Saque Cartão de Pagamento Governo Federal) e 199962402 (Fatura Cartão de Pagamento do Governo Federal), nos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

Item 12 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento exigíveis no exercício a que se referem às contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

Informamos que foram cumpridas as determinações do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002. Os atos de admissão e desligamento foram cadastrados nos sistemas SIAPE e SISAC e

os processos se encontram nas respectivas Unidades Pagadoras à disposição para análise dos órgãos de controle interno.

Item 13 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de concessão de aposentadorias, reforma e pensão exigíveis no exercício a que se referem às contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

A informação quanto a atos de concessão de aposentadorias, reforma e pensão não é competência da Superintendência Regional da Receita Federal na 10 RF. A atribuição, no caso destas ocorrências quanto a servidores da SRF na 10RF, é de competência de outro órgão do Ministério da Fazenda (Gerência Regional de Administração).

Item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Providências adotadas para dar cumprimento às determinações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento;

Não houve, durante o exercício de 2006, determinação emanada do TCU cuja unidade destinatária fosse a própria UG consolidadora (170177) ou alguma de suas unidades jurisdicionadas (citadas no item 1.7).

Item 15 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais, cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal em normativo específico, emitido pelo setor competente, conforme inciso I do art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 13, de 4 de dezembro de 1996.

Item sem informações a relatar.

Item 16 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Demonstrativo relacionando as Tomadas de Contas Especiais em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrido a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados, mesmo que apresentada intempestivamente, ou tenha ocorrido o recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável, conforme inciso II do art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 13, de 4 de novembro de 1996.

Item sem informações a relatar.

Item 17 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006.

Descrição do Item: Demonstrativo contendo informações relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada a má-fé de quem lhe deu causa, tendo, assim, ficado a autoridade administrativa competente dispensada da instauração de tomada de contas especial, conforme § 3º do art. 197 do RI/TCU.

Item sem informações a relatar.

Item 18 do Anexo II combinado com o Anexo 10 da Decisão Normativa TCU n.º 81/2006

Descrição do Item: Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão;

Redução do Passivo Tributário

Identifica-se na administração tributária, *lato sensu*, três importantes vetores de ação: a arrecadação efetiva, o combate à inadimplência e à sonegação. Com efeito, o Fisco orienta suas ações no sentido de aproximar a arrecadação efetiva à potencial ou teórica (aquela que seria efetivada, caso todos os contribuintes pagassem os impostos no estrito cumprimento da lei, no que se refere a valor e prazo). Acompanhando a evolução da arrecadação efetiva, busca identificar

tendências e distorções, de forma a dirigir e corrigir suas ações. Combatendo a inadimplência, busca trazer para os cofres públicos os débitos declarados pelos contribuintes, mas não pagos. Atacando a sonegação, busca identificar e constituir débitos não declarados. Assim, a eficiência da administração tributária é medida não pela arrecadação realizada, mas pela aproximação desta com a carga teórica.

As atividades regimentais da área de Administração Tributária (Divat/Secat/Sacat) estão vinculadas ao controle da arrecadação e à redução da inadimplência, cabendo-lhe controlar e acompanhar a arrecadação realizada e cobrar o que é declarado e não pago, compensando e restituindo valores quando devido.

No ano de 2006, a redução do passivo tributário foi perseguida nesta Região Fiscal por meio de ações de cobrança dos débitos controlados em processos fiscais. Para isso, foram extraídos, periodicamente, do sistema Profisc, relatórios dos processos em cobrança final e nas demais situações de cobrança há mais de 90 dias, para acompanhamento pelas Delegacias.

O grau de agilidade na cobrança dos processos fiscais em cobrança final, sem pendência de compensação, ao final de 2006, situou-se em 69,03% de processos nesta situação. Este resultado é, inclusive, melhor do que a média nacional.

Também foi objeto de análise o grau de agilidade na solução de processos administrativos-fiscais com crédito tributário, nas demais situações de cobrança, exceto em julgamento. Em dezembro/2006, a participação de processos nas demais situações de cobrança em relação à quantidade total de processos em cobrança foi de 31,68%. Vale observar que o índice não refletiu a situação real de agilidade na cobrança dos créditos tributários, já que, quando foi apurado, não foram excluídos os processos de contribuintes optantes pelo Parcelamento Excepcional – PAEX. Ou seja, este fator distorceu o índice. Cumpre ainda destacar que, ainda assim, superamos o grau de agilidade nacional.

Além do controle dos processos, foram realizadas outras ações de cobrança e recuperação de créditos, a seguir descritas:

- Emitidos no ano 240.938 avisos de cobrança de débitos declarados em declarações simplificadas na 10ªRF, com valor total cobrado de R\$ 162.720.409,00;
- Efetuadas 12 mil intimações na 10ª RF referentes aos contribuintes com débitos apurados em DCTF dos períodos de apuração de 2004 e os acréscimos legais de débitos de períodos de apuração posteriores a 31/12/2000, com postagens de março a maio de 2006;
- Geração eletrônica de 162 Autos de Infração de acréscimos legais dos fatos geradores de 2001 de contribuintes da 10ª RF;
- Encaminhamento à PGFN para inscrição em DAU, e subsequente cobrança judicial, de 38 mil processos eletrônicos de contribuintes da 10ªRF, com valor

consolidado de R\$ 1 bilhão e 15 milhões de reais. Os encaminhamentos foram de débitos de DCTF entregues entre 01/10/2001 e 31/03/2002 , e de débitos de DCTF de FG em 1997 e 1998 lançados em Autos de Infração;

- Foram deferidos 12.351 parcelamentos na 10ª RF correspondente a aproximadamente 9% dos parcelamentos concedidos no Brasil;
- No Parcelamento Especial – PAES, do total de 33.229 optantes, 7.468 liquidaram/encerraram seu parcelamento, 15.850 foram rescindidos, 345 excluídos do programa restando 9.563 em parcelamento em andamento.

Também podem compor o passivo tributário valores compensados indevidamente pelo contribuinte, razão pela qual passamos a analisar os resultados obtidos neste escopo.

Cumprir destacar que a 10ª Região Fiscal conseguiu excelentes resultados, reduzindo o estoque de processos com pendência de compensação cadastrados no Profisc, comparativamente a janeiro/2006, em 15% do número total de processos, apesar da expressiva quantidade de processos que entraram no período. Com relação aos valores destes processos, existia uma demanda de compensação de créditos ou restituições no valor de R\$ 2.211.932.172,54. Deste total, foram analisados R\$ 974.770.998,28, o que representa quase a metade do estoque inicial. Segue tabela com a evolução do estoque de processos com compensação no Profisc.

	Total	
	Nº	R\$
Estoque Inicial	7.805	2.211.932.172,54
Entraram	1.218	258.458.987,54
Saíram	2.231	974.770.998,28
Estoque Final	6.792	1.495.620.162
Variação	15%	

Fonte: Apuração especial do Profisc. Em R\$.

Em relação à análise de processos, em 2006, foram trabalhados na 10ª Região Fiscal 3.352 processos, sendo o valor do crédito solicitado de R\$ 1.806.684.381,60. Foi deferido, no ano, um montante de R\$ 525.172.907,49. O alto grau de indeferimento observado decorre do fato de a Região Fiscal ter priorizado, entre outros critérios, analisar os processos com indícios de irregularidade. Após eventual contraditório, tais processos ensejarão o aumento do passivo tributário para posterior cobrança.

Apesar do alto grau de indeferimento, a compensação/restituição de R\$ 525.172.907,49 também deve ser destacada. Este valor injetado na economia da Região no período é significativo e revela a agilidade do órgão no cumprimento de suas obrigações para com os contribuintes.

	Total
Processos	3.352
Solicitado	1.806.684.381,60
Deferido	525.172.907,49
Indeferido	1.281.511.474,11
% Indef.	71%

Fonte : Siscocredito

Controle Integral dos Contribuintes Sujeitos ao Acompanhamento Diferenciado

No ano de 2006, foram indicadas para efetuar o acompanhamento diferenciado na 10ª Região Fiscal (após as exclusões efetuadas das pessoas jurídicas que transferiram seu domicílio para outras Regiões Fiscais) 937 pessoas jurídicas, que recolheram a título de tributos federais e contribuições sociais o valor de R\$ 9.364.827.404,03, representando 56,4% do total da arrecadação avaliada pelo conceito RGT (Receita Gerada Tributária). As principais atividades exercidas estão descritas abaixo.

Delegacia		Arrecadação RGT	Arrecadação RGT	Part. %
10101	DRF - Porto Alegre	8.716.854.830,68	5.208.214.630,03	59,7%
10102	DRF - Pelotas	216.600.555,06	70.823.729,36	32,7%
10103	DRF - Santa Maria	287.979.494,95	48.502.698,83	16,8%
10104	DRF - Passo Fundo	484.171.148,83	123.711.766,40	25,6%
10105	DRF - Rio Grande	321.649.667,27	166.604.032,74	51,8%
10106	DRF - Caxias do Sul	2.051.551.114,39	1.036.263.518,40	50,5%
10107	DRF - Novo Hamburgo	3.096.536.853,08	2.156.756.641,53	69,7%
10108	DRF - Santo Ângelo	354.792.248,44	142.559.190,91	40,2%
10109	DRF - Uruguaiana	161.771.511,05	98.022.140,33	60,6%
10110	DRF - Santana do Livramento	85.601.871,15	23.802.127,37	27,8%
10111	DRF - Santa Cruz do Sul	820.968.408,14	287.509.814,38	35,0%
10112	DRF - Chuí	10.984.010,98	2.057.113,76	18,7%
10ª Região Fiscal		16.609.461.714,02	9.364.827.404,04	56,4%

Constituição da Equipe SRRF10/Semac

A Portaria SRRF10 nº 289, de 31 de julho de 2006, constituiu Equipe de Trabalho para a execução de tarefas de acompanhamento de contribuintes diferenciados da 10ª Região Fiscal, subordinada ao Chefe do Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Semac - da SRRF10, formada por servidores das áreas aduaneira, de fiscalização, de administração tributária e de tecnologia da informação.

Entre as atribuições da Equipe de Trabalho, destacam-se, após prévia análise das informações, encaminhar relatório conclusivo dos contribuintes que apresentarem incompatibilidade no recolhimento de tributos e contribuições federais para a respectiva unidade local, com conhecimento da SRRF10/Divat, para realização, em caráter prioritário, de procedimento de cobrança, exame de compensações e ações judiciais, etc; e dos contribuintes que apresentarem indícios de evasão tributária para a respectiva unidade local, com conhecimento da SRRF10/Difis, para inclusão, em caráter prioritário, na programação de fiscalização.

Repressão aos Ilícitos Fiscais e Aduaneiros

Programa Nacional de Fiscalização

O quadro a seguir apresenta uma comparação entre as metas estabelecidas para o Programa Nacional de Fiscalização de 2006 e os procedimentos de fiscalização encerrados, permitindo obter-se uma visualização do quadro geral da Região Fiscal no ano.

Fiscalização	Pessoa Jurídica			Pessoa Física	Total
	Diferenciado	Demais	Total		
Metas	143	400	543	834	1.377
Realizado	146	495	641	1.075	1.716
Percentual	102,09%	123,75%	118,04%	128,89%	124,61%
Crédito Lançado (R\$)	2.695.952.447	358.228.264	3.054.180.711	123.227.327	3.177.408.038

Fonte dos dados: sistema SIEF - Ação Fiscal

É de se destacar que a Região obteve um ótimo desempenho no que diz respeito ao alcance e superação das metas, porquanto, no total, ultrapassou em 24,61% o estabelecido e, em cada meta individual, obteve resultados entre os melhores do Brasil.

Qualidade da programação da ação fiscal

O aprimoramento da qualidade da programação da ação fiscal pode ser avaliado pelo percentual de Mandados de Procedimento Fiscal - MPF encerrados com resultado, e pelo percentual de horas despendidas em procedimentos de fiscalização sem resultado. A Região registrou 90,5% e 8,4%, respectivamente.

10ª RF	MPF Com Resultado		MPF Sem Resultado		MPF c/R	Horas s/R
	Qtde	Horas	Qtde	Horas		
	1.648	110.759	172	10.211	90,50%	8,40%

Fonte dos dados: sistema SIEF - Ação Fiscal

Destaca-se uma quantidade maior de procedimentos encerrados com resultado em relação ao total de procedimentos encerrados, sendo aplicado um número de horas menor naqueles procedimentos encerrados sem resultado.

Presença Fiscal – Acompanhamento Diferenciado

Em 2006, 787 contribuintes da 10ª RF estavam sujeitos ao acompanhamento diferenciado. A presença fiscal na área de atuação de tributos internos pode ser representada pelo percentual entre o quantitativo de contribuintes sujeitos ao acompanhamento diferenciado fiscalizados e o total destes contribuintes. Conforme se pode observar na tabela a seguir, foram fiscalizados 146 contribuintes que representam 19% do total sujeito a acompanhamento diferenciado.

10ª RF	Total Diferenciados	Fiscalizados	%
	787	146	19

Fonte dos dados: sistema SIEF - Ação Fiscal

Repressão ao Contrabando e Descaminho

A Divisão de Repressão - Direp 10ª RF foi significativamente reforçada em 2006, tanto em seus recursos humanos como em seus recursos materiais.

O quadro de pessoal da Direp, que era constituído por 03 AFRFs e 02 TRFs, passou para quatorze servidores, constituídos por oito AFRFs e seis TRFs. Estes servidores integraram-se à Direp no 2º semestre de 2006, período no qual foi realizado treinamento dos

novos servidores, e aumentados, significativamente, o número e o porte das operações de repressão.

Neste período, foram realizadas as licitações para a reestruturação do depósito de São Leopoldo e para aquisição de coletes de proteção balística. Através da compra de equipamentos para o depósito de São Leopoldo, foi duplicada a capacidade de depósito para mercadorias apreendidas em Porto Alegre.

Durante o ano de 2006, foi iniciada a utilização do depósito de São Leopoldo como centro de triagem de mercadorias pela Direp, tendo o controle e gerenciamento deste depósito passado para a Direp.

Foram realizados contatos e trabalhos conjuntos com as unidades locais da 10ª RF, assim como com as Polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal, aperfeiçoando cada vez mais a integração e articulação das ações de repressão no estado do Rio Grande do Sul. As principais operações da Direp em 2006 foram realizados em centros comerciais.

Foram ampliadas as instalações da Direp no prédio do Ministério da Fazenda para quatro amplas salas, sendo uma destinada ao atendimento ao contribuinte. Estas salas estão com suas instalações concluídas e em utilização.

Em 2006, a Direp utilizou suas viaturas ostensivas (duas Rangers, duas X Terra, uma Frontier, uma S10) e discretas (um Clio, uma Palio Week End, um Versailles e uma S10), seu caminhão e *motorbome* em muitas operações realizadas ao longo do ano. O *motorbome* da Direp foi utilizado de forma continuada durante quinze dias de operação no norte do estado. Com o treinamento dos novos servidores, serão incrementadas as operações de estrada de 2006, o que exigirá uma utilização muito maior do *motorbome*. Nas operações da Direp, foram também utilizados os caminhões de outras unidades, assim como o *motorbome* da DRF Santa Maria, todos eles adquiridos com recursos do Programa de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - PMATA.

No total, foram realizadas 272 operações de repressão ao contrabando e descaminho em 2006, na 10ª Região Fiscal, que resultaram em apreensões de mercadorias no valor de 54,824 milhões de reais, superando em 27% o montante do ano anterior.

Apreensões de Mercadorias – Valores em R\$

ANO	VALOR DAS APREENSÕES
2005	43.217.097,67
2006	54.824.873,07

Processos de Consulta

Durante o ano de 2006, a Divisão de Tributação (Disit) buscou solucionar o maior número possível de processos de consulta, respeitando a ordem cronológica de protocolização. Para implementar este objetivo, adotaram-se os seguintes procedimentos: foram catalogados e agrupados os processos semelhantes; redigiram-se soluções concisas e objetivas para as consultas, sem prejuízo da qualidade; foram discutidos, em grupo, assuntos complexos, polêmicos ou de grande repercussão; alocou-se Auditores-Fiscais exclusivamente na solução de consultas.

Saíram 283 processos de consulta no período:

- 224 correspondem a consultas solucionadas;
- 59 pareceres de ineficácia da consulta.

Cabe destacar a elevada quantidade de consultas relativas à utilização de créditos de PIS/COFINS.

Atividades de Orientação e Prestação de Informações

A Disit realiza, permanentemente, atividades de esclarecimento e orientação sobre a interpretação da legislação tributária às Unidades integrantes da 10ª Região Fiscal, a outras entidades da administração pública e privada e, quando solicitada, a contribuintes em geral.

Ressalte-se que estas atividades demandam considerável carga de trabalho especializado, dada a complexidade da legislação e constantes alterações ocorridas.

Pelo seu caráter, às vezes informal, não são estas atividades (também executadas pelos Órgãos Locais) corretamente dimensionadas, mas, por sua intensidade, sobrecarregam os Serviços de Orientação e Análise Tributária (Seort) das DRF Porto Alegre e Uruguaiana, as Seções de Orientação e Análise Tributária (Saort) das demais Delegacias, e as Seções de Administração Tributária (Sarat) da ALF/Aeroporto Salgado Filho e da IRF Porto Alegre.

De assinalar que as Divisões/Serviços/Seções onde são desenvolvidas atividades de Tributação, incumbidas da interpretação da legislação tributária, são muito solicitadas pelas demais, toda vez que essas se deparam com questões de maior complexidade e indagação, sobrecarregando aquelas, obviamente, ainda mais.

Registre-se ainda que foi significativa a demanda e atuação da Disit, em 2006, nas informações solicitadas pelo Poder Judiciário, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional e da

União, pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual e na interpretação das ações judiciais impetradas contra a Administração Tributária Federal.

Paralelamente, a Divisão de Tributação colaborou em atividades de interesse da Secretaria da Receita Federal, tais como: os repasses do Seminário Nacional e orientações técnicas dos Programas Imposto de Renda/2006 e Imposto Territorial Rural/2006, e a participação em grupos instituídos pela Coordenação-Geral da Tributação para a elaboração do Perguntas e Respostas da Pessoa Jurídica e revisão dos Pareceres Normativos de IRPJ.

Preparo e Julgamento de Recursos Hierárquico-Administrativos

No ano de 2006, houve incremento de processos administrativos com recurso hierárquico ao Superintendente, efetuados com base no art. 56 da Lei nº 9.784, de 1999. A análise e o preparo do despacho decisório desses recursos são de competência da Disit. Assim sendo, aumentou consideravelmente o quantitativo de processos para análise desta Divisão.

Gestão de Pessoas

Quantitativo de Servidores

No ano de 2006, tivemos variações positivas em relação a dezembro de 2005 no quantitativo de servidores da 10ª Região Fiscal, com um aumento de 166 servidores lotados e 147 servidores em exercício nos quantitativos totais, fechando o mês de dezembro de 2006 com 1959 lotados e 1913 em exercício.

Na análise por cargos e carreiras, constata-se que o número de AFRF aumentou em 56 servidores lotados (685 em dez/06 e 629 em dez/05) e também em exercício (683 em dez/06 e 627 em dez/05).

No cargo de TRF, constata-se um aumento ainda maior, de 114 servidores lotados (730 em dez/06 e 616 em dez/05) e também em exercício (726 em dez/06 e 612 em dez/05).

Já na carreira PGPE (ex-PCC) houve uma diminuição de 3 servidores lotados (106 em dez/06 e 109 em dez/05) e 2 servidores em exercício (109 em dez/06 e 111 em dez/05).

Na carreira PSE (ex-SOAP) do Serpro houve a diminuição de um empregado lotado e em exercício (181 em dez/06 e 182 em dez/05).

Posição em dezembro/2005

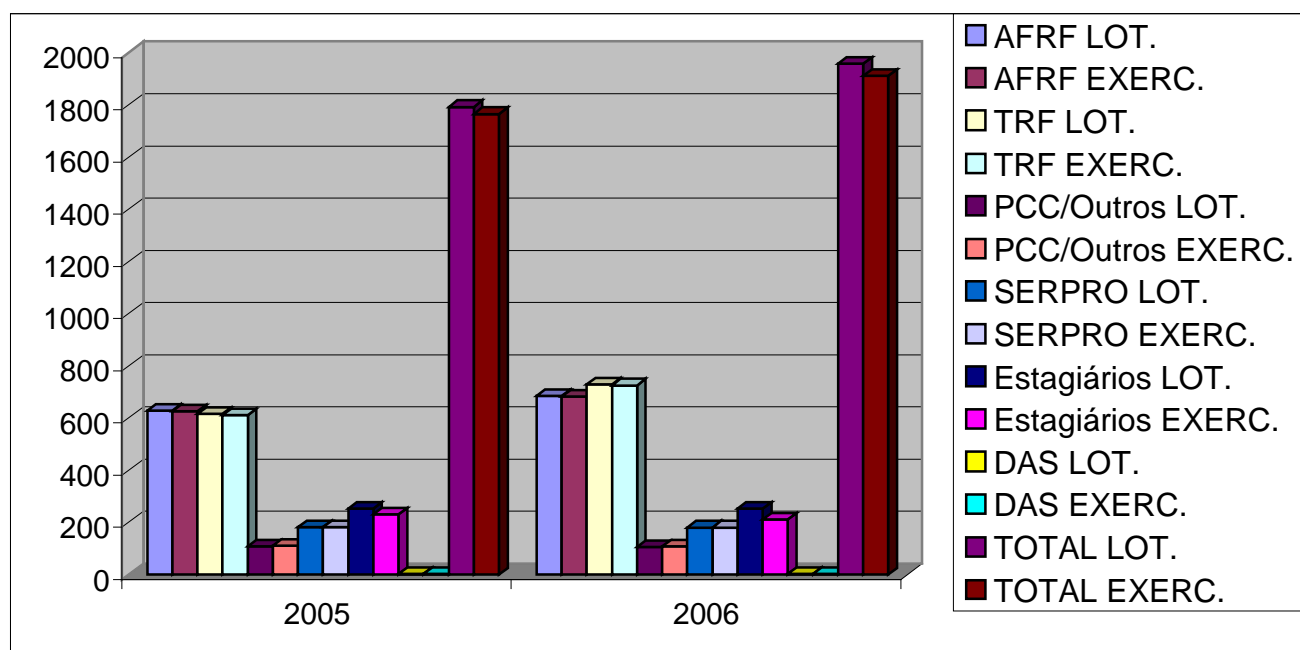
AFRF		TRF		PCC/ Outros		SERPRO		Estagiários		DAS		TOTAL	
LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.
629	627	616	612	109	111	182	182	254	231	03	03	1793	1766

Posição em dezembro/2006

AFRF		TRF		PCC/ Outros		SERPRO		Estagiários		DAS		TOTAL	
LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.	LOT.	EXERC.
685	683	730	726	106	109	181	181	254	211	03	03	1959	1913

Fonte: mapas mensais de quantitativos.

Gráfico comparativo entre os anos de 2005 e 2006



Posse dos Novos TRF e AFRF

A partir de 29/06/06, foram efetuadas as posses dos 106 AFRF e 149 TRF, nas unidades da 10ª Região Fiscal, envolvendo a Digep e as projeções da X-pol, o que demandou um esforço concentrado para inclusão dos novos servidores na folha de pagamento, devido à grande quantidade de documentos necessários e também à exigência legal de digitação dos dados

dos empossados no Sistema de Controle e Acompanhamento do Tribunal de Contas da União (SISAC) no prazo de 60 dias da posse.

Estagiários

No ano de 2006, foi editada a Portaria Cogep nº 287, de 7 de julho de 2006, que aumentou o quantitativo de estagiários para todas as Regiões Fiscais. Na 10ª RF, o quantitativo foi aumentado de 254 para 416 vagas. Porém, por conta do contingenciamento de recursos, a autorização da SRRF10 para a distribuição das vagas adicionais às unidades foi adiada para o ano de 2007. Foi desembolsado, no período de janeiro a dezembro/2006, o valor de R\$ 839.342,82, incluídos os 9 estagiários da DRJ/Porto Alegre e os 4 estagiários da DRJ/Santa Maria.

Gastos com estagiários em 2006

MÊS	VALOR - R\$
JANEIRO	64.364,78
FEVEREIRO	65.939,35
MARÇO	69.577,31
ABRIL	72.517,48
MAIO	71.341,41
JUNHO	70.623,80
JULHO	71.152,03
AGOSTO	70.454,39
SETEMBRO	72.487,56
OUTUBRO	71.142,07
NOVEMBRO	71.859,66
DEZEMBRO	67.882,98
TOTAL	839.342,82

Fonte: folhas de pagamento de estagiários

Capacitação e Desenvolvimento

Em todo o ano, foram executados R\$ 776.110,59 dos R\$ 850.000,00 previstos para o Programa de Capacitação e Desenvolvimento – Procad em 2006 e, apesar das restrições

orçamentárias e financeiras ocorridas no segundo semestre na SRF, a 10ª Região conseguiu executar, conforme dados acima, 91% do previsto.

Em relação ao grau de aprofundamento, foram capacitados 1.035 servidores, num total de 54.617 horas, significando que, em média, foram empregadas 52 horas por servidor para capacitação.

Quanto à amplitude da capacitação na Região, dos 1.399 servidores em exercício, 1.035 foram capacitados, em consequência, 73% dos servidores participaram de eventos em 2006.

Tecnologia e Segurança da Informação

Descrevem-se abaixo algumas, dentre as várias atividades desenvolvidas pela SRRF10RF, no que concerne à área de Tecnologia .

Planejamento, fomento e coordenação das atividades relativas à segurança, buscando o envolvimento em todos os níveis da organização.

Um dos destaques da área de Segurança da Informação na 10ª RF foi o preenchimento integral do quadro de Gestores de Segurança Locais (GSLs). Os novos GSLs foram capacitados no curso “Fundamentos e Técnicas de Segurança da Informação – Conceitos, Padrões e Aplicações”. Após a formação da equipe, a Ditec promoveu reunião regional dos Gestores de Segurança, onde foi definido um plano de ação em Segurança da Informação para o ano de 2007.

Certificação digital de todos os usuários e implantação do uso obrigatório do certificado para acesso à rede de computadores.

Como procedimento preliminar às emissões de certificados, foram realizadas palestras de conscientização sobre a importância do uso do certificado digital para o incremento de segurança no ambiente informatizado da SRF e os efeitos jurídicos decorrentes da utilização desta nova ferramenta.

Cadastramento, atualização e fornecimento de senhas a todos os usuários da 10ª RF, internos e externos à SRF, nos sistemas de controle de acesso e habilitação dos sistemas utilizados pela SRF.

Implementação e divulgação dos convênios com os órgãos externos conveniados.

Administração do Ambiente Informatizado com gerência da Ditec em âmbito regional na 10ª RF .

Merecem destaque também os seguintes trabalhos:

- 1) A substituição integral do parque de estações de trabalho (2.536) e notebooks (642);
- 2) Implementação do *backup* integral e automático das estações de trabalho consideradas críticas (estações de chefes e substitutos) da Superintendência. Também está implementado o *backup* das pastas Meus Documentos de todas as estações da SRRF10;
- 3) Voz sobre rede - implementada a interligação do roteador da SRRF10 com a central telefônica do prédio do Ministério da Fazenda em Porto Alegre, permitindo a realização de ligações telefônicas entre as unidades participantes do piloto utilizando os circuitos de comunicação de dados;
- 4) Administração dos serviços de correio eletrônico Lotus Notes da Superintendência e gerência desse serviço em toda a região fiscal.

Especificação e acompanhamento da licitação para a elaboração dos projetos de redes locais.

As unidades foram divididas em 8 lotes, num total de 74 projetos contratados. O valor total contratado para os projetos foi de R\$ 171.370,00, para a atualização ou implantação de 7.062 pontos de rede.

Acompanhamento mensal do desempenho dos circuitos de comunicação de dados.

São relacionados os *links* que operaram acima do ANS (Acordo do Nível de Serviço – 500 ms) em algum dia no mês anterior, visando, neste caso, à atualização da capacidade dos circuitos. Foram atualizados os circuitos de 2 DRFs, 1 IRF, 1 ARFs e 1 ONR (órgão não regimental).

Especificação, homologação e recebimento dos equipamentos, componentes e serviços de infra-estrutura de hardware e software adquiridos em 2006.

- 1) Dois chaveadores KVM de oito portas para servidores da SRRF10, permitindo o uso de apenas um monitor, teclado e mouse para diversos servidores.
- 2) 75 servidores de *rack* para a 10ªRF.
- 3) Dois equipamentos de videoconferência. Estes últimos serão integrados com os equipamentos do Órgão Central e das demais Superintendências, permitindo a realização de reuniões entre diversos participantes nestas localidades sem a necessidade de deslocamentos, reduzindo os gastos com diárias e passagens.

Desenvolvimento, implementação, pesquisa e manutenção de diversos sistemas/softwares/aplicativos que vieram a contribuir para a consecução dos objetivos da SRF em âmbito local, regional e nacional.

Entre eles, destacamos, a seguir, os principais: 1) Lotus Notes; 2) Atualização/Prospecção Tecnológica; 3) Controle do Fluxo de Expedientes; 4) Corpe.

Capacitação e integração dos novos AFRFs e TRFs através do PCP.

O PCP foi planejado e ministrado pelos servidores da SRRF10/Ditec, no período de 31/07/2006 a 18/08/2006, totalizando 80 horas para os AFRFs e 40 horas para os TRFs, com os objetivos de recepcionar os novos colegas bem como de proporcionar uma interação com os servidores responsáveis por cada assunto da competência desta Ditec.

Colaboração e participação nas tarefas de atribuição da Cotec.

Notadamente, a colaboração e a participação ocorrem na definição, construção, testes, homologação e implementação de Programas Geradores de Declaração (PGD), elaboração de normatização (instruções normativas, portarias, normas de execução etc.), participação em grupos de trabalho para especificação de softwares e equipamentos e infra-estrutura. Cabe destacar, igualmente, as atividades desenvolvidas a partir da contratação regional da atividade de prospecção tecnológica de *hardware* e *software* que resultou na especificação do novo Modelo de Serviços Informatizados da SRF e gerência do desenvolvimento de sistemas corporativos.

Conscientização Tributária do Cidadão

A promoção da conscientização tributária do cidadão é implementada, na Secretaria da Receita Federal, por meio do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF. Seus principais objetivos são:

- Sensibilizar o cidadão para a função sócio-econômica do tributo.
- Levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública.
- Incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

- Criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

A implantação do Programa se faz por meio dos seguintes módulos:

- Módulo I – Escolas de ensino fundamental
- Módulo II – Escolas de ensino médio
- Módulo III – Servidores públicos (federais, estaduais e municipais)
- Módulo IV – Universidades
- Módulo V – Sociedade em geral

A Escola de Administração Fazendária – ESAF é a responsável pela coordenação do Grupo Nacional de Educação Fiscal – GEF formado por representantes:

- das Secretarias de Fazenda e Educação dos Estados e DF
- do Ministério da Fazenda
- do Ministério da Educação
- da Secretaria da Receita Federal
- da Secretaria do Tesouro Nacional

O Grupo Nacional de Educação Fiscal instituiu Planejamento Estratégico do PNEF ao qual todos os membros devem ajustar seus respectivos programas de trabalho. Deste modo, as Unidades da 10ª Região Fiscal incluíram, em suas programações de trabalho, ações previstas no referido planejamento estratégico as quais se desdobram, caracteristicamente, em eventos de sensibilização, disseminação e capacitação.

Em 2006, verificou-se, na 10ª RF, diminuição da quantidade de eventos realizados, assim como do número de participantes, em relação a 2005. Constata-se, entretanto, uma intensificação da atividade de capacitação (31 eventos e 373 participantes), indicando mudança no perfil da atuação da Equipe de Educação Fiscal da 10ª RF, no sentido da qualificação e aprofundamento das ações nesta área.

Unidade: 10ª Região Fiscal

Ano: 2006

Tipo Trim.	Módulo I		Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		Total	
	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes
S	16	4.770	7	373	17	1.496	2	80	3	52	45	6.771
D	14	834	9	235	5	108	3	60	3	430	34	1.667
C	14	166	1	14	11	99	3	56	2	38	31	373
TOTAL	44	5.770	17	622	33	1.703	8	196	8	520	110	8.811

S: Sensibilização; D: Disseminação; C: Capacitação

O módulo I, referente ao ensino fundamental, foi o mais trabalhado, representando 39% dos eventos e 55% dos participantes. Os integrantes da Equipe de Educação Fiscal da 10ª RF atuam, predominantemente, no ensino público fundamental municipal. Em segundo lugar, vem o módulo destinado a servidores públicos (III).

No 2º trimestre/2006, foram capacitados, pelos tutores da 10ª RF, 131 professores no curso à distância de Educação Fiscal e, também, 18 servidores da SRF no curso à distância de “Disseminadores da Educação Fiscal”.

A Equipe de Educação Fiscal Regional propôs-se a atingir, em 2006, o percentual de 20% de municípios no Rio Grande do Sul com ações de educação fiscal desenvolvidas pela Receita Federal. A meta foi alcançada, pois, ao encerrar-se 2006, o percentual de 20,12% foi conquistado.

Percentual de Municípios com ação de Educação Fiscal (%)		10ª RF
	Ano	2006
Nº de Municípios com ação de EF		100
Nº de Municípios da UF		497
Percentual alcançado		20,12%

O atual diagnóstico do estágio da implementação do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF na Região aponta para a necessidade de incrementar as ações destinadas aos Módulos IV (Universidades) e V (sociedade em geral). Em consequência, estes deverão constituir os focos de atuação regional para o ano de 2007.

PMATA 10ª REGIÃO FISCAL

A efetiva aplicação dos recursos disponíveis através do PMATA, no âmbito da 10ª RF, envolveu a atuação ágil e integrada de diversos setores da RF10. Destacaram-se os servidores da área de engenharia e a gerência local do programa.

A previsão inicial de investimentos para o ano de 2006, com recursos do PMATA, na 10ª Região Fiscal, estava estimada em R\$ 30.704,654,00 (trinta milhões setecentos e quatro mil,

seiscentos e cinqüenta e quatro reais). Em razão de contingenciamento de recursos em todas as áreas do governo federal, conseguiu-se alcançar, ao término do ano de 2006, o valor de **R\$ 7.721.863,90 (sete milhões setecentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e três reais, noventa centavos)** efetivamente aplicados/comprometidos. Este montante refere-se às contratações efetuadas, já liquidadas/encerradas e/ou com empenhos emitidos em 2006, para liquidação/pagamento durante o exercício de 2007, na condição de Restos a Pagar Não Processados, conforme discriminado a seguir:

Conserto e *up-grade* de escâneres móveis tipo *silhouette* - o conserto e o *up-grade*, que totalizaram **R\$ 262.097,00 (duzentos e sessenta e dois mil e noventa e sete reais)**, dos 2 escâneres móveis tipo *silhouette* de unidades da região, melhoraram muito a qualidade das inspeções não invasivas de cargas, transportadas em veículos fechados ou containerizadas. Isso ocorreu não apenas no porto marítimo de Rio Grande e no porto seco de Uruguaiana, onde estão alocados um e outro, mas, também, nas operações de repressão executadas na zona secundária, em diferentes pontos vulneráveis e/ou rotineiros no ingresso e/ou saída de mercadorias em situação irregular, jurisdicionados estes por Delegacias (DRF) da 10ª Região Fiscal;

Conserto de escâner da Alfândega do Aeroporto Salgado Filho, mediante serviço e fornecimento/substituição de tubo de raios-X (monobloco), no valor de **R\$ 50.105,00 (cinquenta mil cento e cinco reais)**, permitindo sua recuperação e utilização na conferência aduaneira de mercadorias e bagagem de viajantes, com inspeções não invasivas;

Aquisição e instalação de equipamentos para os DMA (Depósitos de Mercadorias Apreendidas) da DRF/Santa Maria, da DRF/Santo Ângelo e da ARF/São Leopoldo (sob administração da Direp/RF10) – licitações que resultaram em um investimento de **R\$ 570.179,30 (quinhentos e setenta mil, cento e setenta e nove reais trinta centavos)**. Corresponderam à aquisição de trituradores, exaustores eólicos, racks desmontáveis, contentores, paletes, porta-paletes, empilhadeiras, câmeras de vigilância com mesa controladora, e plataforma elevadora de carga. Os equipamentos possibilitaram a racionalização e aperfeiçoaram a capacidade de armazenagem dos depósitos, inclusive com a verticalização das mercadorias apreendidas. Ademais aprimoraram os sistemas de segurança;

Aquisição de balanças rodoviárias eletrônicas – foram licitadas e adquiridas 04 (quatro) balanças, no valor total de R\$ 182.000,00 (R\$ 45.500,00 cada), para instalação nas delegacias de Chuí, Itaqui, Quaraí e Uruguaiana. Estas já foram recebidas e aguardam, para sua instalação, as obras de infra-estrutura sob responsabilidade das respectivas Unidades Locais.

Obras de infra-estrutura para instalação das balanças: foram licitadas e contratadas, ainda, as obras para permitir a instalação das balanças rodoviárias adquiridas, cujos valores são os seguintes: DRF/Chuí – R\$ 154.966,05; IRF/Quarai – R\$ 78.748,12; DRF/Uruguaiana (TABR290) – R\$ 152.793,89 e IRF/Itaqui – R\$ 128.824,29, totalizando R\$ 515.332,35. A previsão de entrega das obras é abril de 2007;

A conclusão das tarefas e a efetiva instalação das balanças aumentarão a capacidade de controle da pesagem dos veículos de carga e a aferição das próprias cargas no TA da BR 290, na entrada/saída do País, em Uruguaiana; nas demais unidades, a instalação de balanças próprias da SRF, proporcionarão um meio efetivo para pesagem e controle de veículos e cargas que ali transitam, o que é feito hoje, geralmente, em estabelecimentos de terceiros, fora da zona primária.

O valor total do investimento, abrangendo a aquisição das balanças e a infra-estrutura, alcança a importância de **R\$ 697.332,65**;

Pavimentação do pátio de estacionamento de caminhões da DRF/Chuí/RS: O pátio de estacionamento foi ampliado em 2004, aumentando sua capacidade para 150 caminhões, mas não recebeu pavimentação em virtude de limitações orçamentárias na época. Nos períodos de chuva o pátio ficava em péssimas condições. Com os recursos do PMATA foi contratada a obra de pavimentação em blocos intertravados de concreto, o que proporcionará condições de conforto e segurança aos usuários daquela unidade aduaneira. Na obra está também incluída a construção de uma sala de espera para motoristas. A obra tem previsão de conclusão para março/2007, com o custo total de **R\$ 2.116.979,25**, sendo acrescido, ainda, o valor de **R\$ 69.901,20**, correspondente à prestação de serviços técnicos especializados de acessória à fiscalização de referida obra;

Construção da nova sede da Inspeção da Receita Federal em Jaguarão/RS: a IRF encontra-se atualmente instalada numa das cabeceiras da Ponte Internacional Mauá, na divisa com o Uruguai. O prédio, construído em 1930, apresenta condições precárias, e não dispõe de espaço adequado para o funcionamento da unidade. Foi iniciada em dezembro/2006 a construção da nova sede, em terreno doado pelo município de Jaguarão. Conforme projeto licitado em 2005, o edifício, com área de 2.106,61 m², será dotado de Depósito de Mercadorias Apreendidas e estacionamento para viaturas oficiais, e disporá de todas as facilidades de um prédio administrativo moderno, como cabeamento estruturado, no break, ar condicionado central e grupo gerador de energia, o que permitirá à IRF desempenhar com maior conforto e eficiência as atividades aduaneiras e atendimento aos contribuintes. O valor empenhado para a construção das obras atinge o valor de **R\$ 2.735.500,00**, sendo acrescido, ainda, o valor de **R\$ 164.920,80**,

correspondente à prestação de serviços técnicos especializados de acessória à fiscalização de referida obra;

Projeto de reforma do TA BR 290, da DRF/Uruguaiiana/RS: Está sendo finalizado um projeto para reforma completa do prédio do Terminal Aduaneiro da BR290, situado próximo à cabeceira da Ponte Internacional em Uruguaiiana, na divisa com a Argentina. Estão incluídos no projeto a ampliação do pátio de estacionamento de caminhões, a modernização do sistema de cabeamento estruturado e do sistema de controle e vigilância, com instalação de câmeras e cancelas. A obra não pôde ser contratada em 2006, uma vez que os recursos para contratação do projeto somente foram disponibilizados em agosto/2006, não havendo tempo hábil para sua conclusão e licitação da obra. A execução da obra permitirá agilizar os procedimentos de controle e fiscalização aduaneiros sobre os veículos que circulam por aquele terminal. O custo total de elaboração do projeto é de **R\$ 60.394,00** e o custo da obra está estimado em R\$ 5.000.000,00.

Construção de coberturas para veículos no pátio do depósito de mercadorias e veículos apreendidos da Delegacia da Receita Federal em Santa Maria/RS: a obra consiste na construção de duas coberturas metálicas, sendo uma para abrigar veículos apreendidos (caminhões, ônibus e automóveis) e outra para permitir a instalação do triturador, recentemente adquirido, e também servir como cobertura para carga e descarga das mercadorias no depósito. Com a execução da obra será obtida a melhoria das condições de trabalho dos servidores e proteção do patrimônio público, bem como dos bens sob custódia da DRF. O valor da obra é de **R\$ 396.630,00**, e sua conclusão está prevista para junho/2007.

Projeto do Ponto de Fronteira Alfandegado da Inspeção da Receita Federal em Porto Xavier/RS: Está em elaboração o projeto para construção de prédios administrativos, pátio de estacionamento e instalações diversas para infra-estrutura aduaneira no PFA, como instalação de balança, depósito de mercadorias, câmara frigorífica e áreas adequadas para os demais órgãos intervenientes. A obra não pôde ser contratada em 2006, uma vez que os recursos para contratação do projeto somente foram disponibilizados em agosto/2006, não havendo tempo hábil para sua conclusão e licitação da obra. A execução da obra permitirá o eficaz controle e fiscalização de bagagem, veículos e carga que compõem o crescente fluxo comercial e turístico neste ponto de fronteira. O custo do projeto foi de **R\$ 129.520,00** e o custo da obra está estimado em R\$ 9.000.000,00.

Reforma da sede da Inspeção da Receita Federal em Porto Xavier/RS: o prédio onde está instalada a IRF apresenta sérios problemas de conservação, com infiltrações, defeitos na

cobertura, e avarias em pisos e revestimentos. Na reforma serão ainda construídos sanitários para pessoas portadoras de necessidades especiais, em atendimento à legislação existente. Com a execução da obra serão obtidas a melhoria das condições de trabalho dos servidores, a proteção do patrimônio público e melhores condições de atendimento aos contribuintes. O valor da obra é de **R\$ 129.737,89**, e sua conclusão está prevista para junho/2007.

Projetos para a reestruturação das redes locais de computadores da 10ª RF: com a publicação da Portaria RFB/Cotec nº 59, de 13 de setembro de 2005, que “Institui o Manual de Normas e Padrões de Infra-estrutura de Redes da Receita Federal do Brasil – RFB”, a SRRF10 especificou e licitou os projetos básicos para a reestruturação de 75 redes locais. A execução desses projetos viabilizará o aumento de desempenho das redes locais, cuja vazão atual é de 10/100 Mbps (megabits por segundo), para 1 Gbps (gigabits por segundo, equivalente a 1000 Mbps). Os projetos, cujo custo total foi de **R\$ 171.370,00**, encontram-se em fase de confecção, com previsão de entrega para março de 2007.

Aquisição de equipamentos de vídeo-conferência: o investimento de **R\$ 35.577,98**, na aquisição de um equipamento tipo individual e de outro tipo grupo, permitirá a melhoria na qualidade das vídeo-conferências na região.

Aquisição de material para proteção de servidores: visando a proteção das equipes que atuam na repressão a ilícitos aduaneiros, a exemplo do combate ao contrabando e ao descaminho de mercadorias, a RF10 fez investimento de **R\$ 108.393,83** na aquisição de coletes de proteção individual.

Informações Adicionais (Conforme item 3.3.3.4 do Anexo I da Port CGU n.º 555, de 28 de dezembro de 2006):

- **Recomendações dos Órgãos do sistema de Controle Interno:**

Seguem anexos ao relatório (Anexo IV) os dados relativos à última atualização com relação ao atendimento, pela unidades gestoras da 10RF, das recomendações do Controle Interno. Referem-se aquelas efetuadas em auditorias realizadas em 2006, sobre o exercício de 2005. Destacamos que a numeração dos itens constante do relatório é igual àquela originalmente atribuída pela auditoria do Controle Interno. Atualmente os relatórios de todas as unidades da SRF compõem um novo relatório nacional, com a numeração consolidada por tipo de ocorrência e não mais por unidade. Confere, assim, com a aquela numeração constante do relatório nacional.

- **Apuração de Denúncias Recebidas.**

Todas as denúncias são apuradas pela Corregedoria da Receita Federal, órgão da estrutura das unidades centrais, e que portanto, as informações serão prestadas pela unidade central.

Sem informações a Declarar

- **Recursos Humanos (Anexo V):**

i) **Quantitativo de pessoal discriminado por unidade central/descentralizada, área meio/fim, servidores efetivos/estagiários/terceirizados;**

ii) **Quantidade de cargos comissionados distribuídos por unidade central/unidades descentralizadas e área meio/fim;**

iii) **Quantidade de pessoal cedido e requisitado, com o detalhamento dos valores pendentes de ressarcimento e providências adotadas;**

- **Diárias: valores pagos relativos a diárias iniciadas no final de semana (incluindo sexta-feira e excluindo o domingo) ou feriado, com detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos, motivação e resultados da viagem (Anexo VI).**

ANEXOS QUE INTEGRAM O RELATÓRIO:

ANEXO I: Relação de Contratos

ANEXO II: Saldos de Contas de Convênios

ANEXO III: Dados Relativos a Cartão de Crédito

ANEXO IV: Plano de Providências – Controle Interno

ANEXO V: Quantitativos de Pessoal

ANEXO VI: Diárias Ocorridas em Final de Semana

LUIZ JAIR CARDOSO

Superintendente

Em 13/03/2007

ANEXO I

Em atendimento ao contido nos Anexo IX da Portaria CGU n.º 555, de 28 de dezembro de 2006 (Referências Adicionais para Composição do Relatório de Gestão), apresentamos relação dos 10 (dez) maiores contratos realizados).

Modalidade	Nº do Processo	Nome da Contratada	CNPJ	Objeto Contratado	Previsão de Gasto Total, considerando prorrogações	Elemento de Despesa
Pregão	11070.002173/2004-97	Rotasul Empresa de Vigilância Ltda	91.589.770/0001-77	Serviço de Vigilância e Segurança para a DRF/SAO e Jurisdição	R\$ 4.784.926,80	33.90.39
Pregão	11075.001975/2004-30	Vigitec Segurança Ltda	03.144.992/0001-19	Serviço de Vigilância e Segurança para a DRF/URA e Jurisdição	R\$ 4.468.359,00	33.90.39
Pregão	11007.000848/2004-27	Rotasul Empresa de Vigilância Ltda	91.589.770/0001-77	Serviço de Vigilância e Segurança para a DRF/SLV e Jurisdição	R\$ 3.348.325,20	33.90.39
Concorrência	11080.003668/2006-86	Azevedo, Schönhofen Construtora Ltda	92.294.115/0001-54	Construção do prédio destinado à IRF/Jaguarão	R\$ 2.735.500,00	44.90.51
Pregão	11040.000303/2006-76	Vigitec Segurança Ltda	03.144.992/0001-19	Serviço de Vigilância e Segurança para a DRF/PEL e Jurisdição	R\$ 2.549.581,20	33.90.39
Pregão	10588.000045/2006-88	Vigitec Segurança Ltda	03.144.992/0001-19	Serviço de Vigilância e Segurança para a IRF/POA e Jurisdição	R\$ 2.274.600,00	33.90.37
Pregão	11065.000458/2006-24	Rotasul Empresa de Vigilância Ltda	91.589.770/0001-77	Serviço de Vigilância e Segurança para a DRF/NHO e Jurisdição	R\$ 2.183.595,60	33.90.39
Concorrência	11080.004406/2005-58	Cótica Engenharia e Construções Ltda	88.958.673/0001-08	Pavimentação do Estacionamento da DRF/Chuí	R\$ 2.116.979,25	44.90.51
Concorrência	11080.009732/2005-51	Transportes Mauá Ltda	73.931.628/0001-84	Armazenagem de Mercadorias Apreendidas SRRF10	R\$ 1.890.790,00	33.90.39
Pregão	11051.000543/2006-41	Vigitec Segurança Ltda	03.144.992/0001-19	Serviço de Vigilância e Segurança para a DRF/CHUÍ e Jurisdição	R\$ 1.878.462,00	33.90.39